

# Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	12
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	14
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	15
2.5 Medições não contábeis	17
2.6 Eventos subsequentes as DFs	19
2.7 Destinação de resultados	20
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	23
2.10 Planos de negócios	24
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	28
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	29
5.2 Descrição dos controles internos	33
5.3 Programa de integridade	36
5.4 Alterações significativas	42
5.5 Outras informações relevantes	43

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 Comentários dos Diretores

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2023 (“2022”), a Camil Alimentos S.A. e suas subsidiárias (“Camil” ou “Companhia”) registraram receita bruta recorde de R\$11,7 bilhões, 15% acima do ano anterior, com um EBITDA de R\$920 milhões, crescimento de 13% frente ao ano anterior e margem EBITDA de 9% no ano. A Companhia apresentou receita e EBITDA records que representam um novo patamar, marcado pela concretização de uma estratégia bem-sucedida de expansão por meio de aquisições estratégicas no mercado doméstico e internacional.

No Brasil, a Camil agregou ao portfólio três novas categorias: massas, café e biscoitos. Esse é mais um importante passo para a diversificação da Companhia, com categorias que detém relevante potencial de crescimento e maior valor agregado. Esse passo consolida a Camil como plataforma de alimentos na América Latina com um mix cada vez maior de produtos e categorias com maior potencial de crescimento e de maior valor agregado. No internacional, a Camil anunciou sua entrada no mercado equatoriano de arroz, com a aquisição da Dajahu, e a aquisição da Silcom no Uruguai, com posição de relevância na categoria de produtos saudáveis no país. As aquisições e os resultados do período, com integrações rápidas e eficientes, reforçam o espírito empreendedor da Companhia, com foco no crescimento estratégico através da soma de sinergias entre categorias.

Nos últimos exercícios sociais, a geração de caixa necessária para as nossas operações, incluindo crescimento orgânico, aquisições, desenvolvimento de novos produtos e outros dispêndios de capital, tem sido proveniente, principalmente, da comercialização dos nossos produtos nos mercados onde atuamos e, em menor proporção, da prestação de serviços de secagem de arroz. Embora acreditemos obter níveis satisfatórios de geração de caixa, temos utilizado também diversas linhas de financiamento e emissão de títulos no mercado de capitais com o objetivo de (i) manter a liquidez, (ii) modernizar plantas, e (iii) crescer de maneira orgânica e inorgânica.

Os Diretores informam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para continuar com a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e/ou crescimento da economia e crises políticas dos países que a Companhia atua.

Principais índices (R\$mn)	2021	2022
Data Fechamento	fev-22	fev-23
Liquidez Corrente (x)	1,5	1,2
Dívida Líquida	1.633,7	2.742,8
Dívida Líquida/EBITDA UDM (x)	2,0x	3,0x

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que no último exercício social, a estrutura de capital da Camil registra um perfil adequado para fazer frente aos investimentos e obrigações da Companhia. Caso, no entanto, a Companhia enfrente mudanças no plano de crescimento ou capacidade de geração de caixa, podemos vir a tomar novas linhas de financiamento ou emitir títulos no mercado de capitais. A Companhia informa que não adota um padrão específico de financiamento, podendo se valer tanto de financiamento por capital próprio quanto de terceiros, escolha que se dará pela condição de mercado observada quando for ocorrer a transação, adotando a alternativa menos onerosa para Companhia e suas controladas.

Abaixo, apresentamos a composição do capital de terceiros e do capital próprio da Companhia:

Principais índices (R\$mn)	2021	2022
Data Fechamento	fev-22	fev-23
Passivo circulante	1.964,7	2.558,8
Passivo não circulante	3.087,3	3.655,7
Total do capital de terceiros	5.052,0	6.214,5
Patrimônio líquido	2.879,1	2.999,4

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia possui sólidas condições financeiras e patrimoniais para implementação do seu plano de negócio e cumprimento das obrigações de curto, médio e longo prazo. Ainda, os Diretores da Companhia acreditam que a geração de caixa da Companhia suportou sua estratégia de crescimento nos últimos exercícios sociais e que continuará a suportá-la no futuro.

As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos. Considerando o perfil do endividamento da Companhia, suas projeções para o fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

Abaixo, apresentamos a composição os indicadores de endividamento e sua relação com o EBITDA:

Endividamento (em R\$mn)	4T21	4T22
Data Fechamento	Feb-22	Feb-23
Dívida Bruta	3.263,7	3.982,2
Caixa + aplicações fin.	1.630,1	1.239,4
Dívida Líquida	1.633,7	2.742,8
Dívida Líquida/EBITDA UDM (x)	2,0x	3,0x

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

circulantes. Havendo eventuais descasamentos, as necessidades para capital de giro e investimentos da Companhia são financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme necessidade, a Companhia realiza captações no mercado de capitais local e/ou empréstimos e financiamentos para fazer frente às necessidades de caixa junto aos principais bancos comerciais no Brasil e estrangeiros. Os Diretores entendem que a Companhia apresenta sólida posição financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios e cumprir suas obrigações, podendo seguir com a utilização de novas emissões se necessário.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas nos últimos exercícios sociais, bem como no exercício corrente são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Não vislumbramos necessidade de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais possamos dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo, podemos optar por captar recursos junto a instituições financeiras ou emitir títulos no mercado de capitais. A Companhia mantém linhas de créditos com diversos bancos brasileiros e internacionais para financiar suas eventuais necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes.

### f. Níveis de endividamento e características das dívidas

Os Diretores da Companhia, com base nas suas estratégias e no plano de negócio, entendem que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazos que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, e manutenção da saudabilidade de nossa estrutura de capital. A tabela abaixo demonstra a composição do endividamento da Companhia nos últimos dois exercícios sociais:

Endividamento (em R\$mn)	Indexador	Taxa Anual	2021	2022
<b>Capital de Giro</b>				
Moeda nacional	CDI	1,51%	319,7	724,3
Moeda nacional	IPCA	5,77%	8,1	6,4
Moeda estrangeira (USD - US Dollar)	USD	1,53%	379,3	594,7
Moeda estrangeira (CLP - Pesos Chilenos)	CLP	5,54%	163,2	175,3
Moeda estrangeira (PEN - Novo Sol/ Peru)	PEN	6,88%	119,9	146,2
Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor	-	11,75%	-	31,9
FINAME	-	5,41%	16,2	6,4
Custo transação	-	-	(1,3)	(2,7)
			<b>1.005,2</b>	<b>1.682,4</b>
<b>Debêntures</b>				
Emitida em 16/04/2019 - 1ª série	CDI	98% CDI	279,8	284,2
Emitida em 16/04/2019 - 2ª série	CDI	101% CDI	338,8	344,3
Emitida em 29/09/2020 - Série única	CDI	100% CDI + 2,70%	365,7	372,6
Emitida em 05/05/2021 - Série única	CDI	100% CDI + 1,70%	619,7	627,5
Emitida em 17/11/2021 - 1ª série	CDI	100% CDI + 1,55%	154,5	157,2
Emitida em 17/11/2021 - 2ª série	CDI	100% CDI + 1,55%	514,9	523,9
Custo transação	-	-	(14,9)	(9,9)
			<b>2.258,5</b>	<b>2.299,8</b>
<b>Total Endividamento</b>			<b>3.263,7</b>	<b>3.982,2</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cronograma de Amortização (R\$mn)	2021	2022
Data Fechamento	fev-22	fev-23
Mar/22 a Fev/23	605,3	-
Mar/23 a Fev/24	432,1	1.151,5
Mar/24 a Fev/25	755,6	981,0
Mar/25 a Fev/26	818,0	941,7
Mar/26 a Fev/27	18,6	85,4
Mar/27 a Fev/28	325,3	452,9
Após Fev/28	325,0	382,3
Custo debêntures	(16,1)	(12,7)
<b>Total</b>	<b>3.263,7</b>	<b>3.982,2</b>

A Companhia e suas controladas mantêm linhas de créditos com diversos bancos brasileiros e internacionais para financiar suas eventuais necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes.

### (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

#### Empréstimos e Financiamentos

BRASIL – Camil Alimentos S.A.

#### Emissões Privadas de Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio

##### (i) Emissão em 16 de abril de 2019 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 16 de abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.” no valor total de R\$600,0 milhões, em duas séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A., celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora.

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 17 de abril de 2023, no valor de R\$271,5 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019. As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 101% da taxa DI, com vencimento em 15 de abril de 2025, no valor de R\$328,5 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019.

##### (ii) Emissão em 29 de setembro de 2020 – Debêntures

Em 29 de setembro de 2020 a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$350,0 milhões. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A.

O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 2,70% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, com prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão. O primeiro pagamento foi realizado em 30 de março de 2021.

### (iii) Emissão em 05 de maio de 2021 – Debêntures

Em 5 de maio de 2021, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$600,0 milhões. O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, com prazo de vigência de 3 anos contados da data de emissão. O primeiro pagamento foi realizado em 05 de novembro de 2021.

### (iii) Emissão em 18 de novembro de 2021 – Debêntures

Em 18 de novembro de 2021, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$650,0 milhões, sendo: (i) R\$150,0 milhões correspondente à primeira série com selo verde; e ii) R\$500,0 milhões correspondente à segunda série. O valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão não está sujeito a atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação do CDI +1,55% ao ano (base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão). As Debêntures serão amortizadas em 2 parcelas e terão prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, com vencimento em 30 de outubro de 2028.

### Cédulas de Crédito Bancário

(i) Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 57.475 BANCO BOCOM BBM S/A. Em 27/12/2022 a Companhia celebrou a CDCA no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 0,35% aa e não há exigência de garantia. O pagamento desta cédula será em parcela única com vencimento em 27/12/2023.

(ii) Cédula de Produto Rural Financeira nº 102023020010100 ITAÚ UNIBANCO. Em 17/02/2023 a Companhia celebrou a CPRF no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 1,10% aa e não há exigência de garantia. O pagamento desta cédula será em parcela única com vencimento em 17/02/2025.

(iii) Cédula de Crédito Bancário nº 191.300.850 BANCO DO BRASIL S/A. Em 01/10/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 2,70% aa e não há exigência de garantia. Os pagamentos desta cédula serão em três parcelas anuais de igual valor a partir de 10/10/2023.

### CHILE

Em 2022, a Companhia manteve empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas no valor principal total de CLP 27.995 milhões. Esse total inclui um financiamento de curto prazo equivalente a CLP 8.229 milhões com amortização única em março à taxa de 1,06% ao mês e um financiamento de longo prazo de CLP 19.766 milhões com amortização semestral a uma taxa de juros anual de 3,95%, garantido por fiança da Companhia.

### URUGUAI

Em 2022, a Saman mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias (BROU, BBVA, Itaú e Santander) no valor total do principal acrescido de juros curto prazo de US\$30 milhões e longo prazo de US\$23 milhões, para financiar capital de giro e ativos fixos. O pagamento do principal é feito em parcelas semestrais, sobre as quais incidem juros anuais que variam em torno de 2% para o longo prazo e entre 3% e 5% para o curto prazo.

### PERU

Em 2022, a Costeño mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas no valor do principal de 202 milhões de sóis peruanos. O pagamento de capital e juros é feito em uma única parcela mensal ou trimestral. A taxa de juros anual é de cerca de 5,93% para empréstimos de curto prazo e os juros anuais entre 3% e 5,26% para empréstimos de longo prazo.

### EQUADOR

A Dajahu mantém financiamento relevante com uma instituição financeira estrangeira no valor total de US\$ 54 milhões de dólares. Este total está composto por duas dívidas de curto prazo equivalentes a USD\$10 milhões com pagamento de capital e juros em uma única parcela, com taxa anual de 7,4% e vencimentos em abril e julho 2023; e uma dívida de longo prazo de USD\$44 milhões com pagamento de juros em frequência semestral e pagamento de capital nos últimos 4 semestres do prazo, com taxa variável anual de 4.25% e vencimento em maio 2027.

### **(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. A seguir, demonstramos os tipos de obrigações e as respectivas garantias, em milhões de reais:

Principais índices (R\$mn)	2021		2022	
Data Fechamento	fev-22	%	fev-23	%
Obrigações com garantia quirografárias	3.247,5	99,5%	3.943,9	99,0%
Obrigações com garantia real	16,2	0,5%	38,3	1,0%
<b>Dívida Bruta (R\$mn)</b>	<b>3.263,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.982,2</b>	<b>100,0%</b>

### (iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamentos e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Além das restrições que estão descritas nos itens anteriores, as dívidas da Companhia estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos.

As emissões de debêntures da Companhia, por sua vez, também estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores, conforme o caso; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos; (vi) cumprimento de índices financeiros; (vii) redução do capital social da Companhia; e (viii) pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório definido em lei, aplicável na hipótese em que a Companhia esteja em mora com as obrigações estabelecidas na escritura.

As emissões de debêntures da Companhia também incluem cláusulas restritivas relativas ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"), tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

Atualmente, a Companhia não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos. Conclusivamente, a Companhia, ainda que se utilize de recursos de terceiros,



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

não tem dependência de contratos financeiros relevantes para a realização de suas atividades operacionais.

### g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na hipótese de haver necessidade de linhas adicionais de financiamento, nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha tem historicamente nos permitido ter acesso a linhas de créditos pré-aprovadas, não contratadas, desde que não excedam as limitações estabelecidas por essas instituições financeiras.

### h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A discussão a seguir sobre o resultado das nossas operações, nossa situação financeira e nosso fluxo de caixa é baseada em, e deve ser lida em conjunto com, nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em fevereiro de 2022 ("2021") e fevereiro de 2023 ("2022"), bem como as respectivas notas explicativas, elaboradas de acordo (i) com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941; e (ii) com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais.

### Análise da demonstração do resultado e fluxo de caixa do exercício findo em 28 de fevereiro de 2023

#### Demonstração de Resultado

Demonstrativos (em R\$ milhões)	2021	AV	2022	AV	2022 vs.
Data Fechamento	fev-22	%	fev-23	%	2021 (%)
<b>Receita Líquida</b>	<b>9.015,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.205,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,2%</b>
(-) Custo das Vendas e Serviços	(7.237,7)	-80,3%	(8.085,6)	-79,2%	11,7%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.778,2</b>	<b>19,7%</b>	<b>2.119,9</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,2%</b>
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(1.250,7)	-13,9%	(1.646,9)	-16,1%	31,7%
(+/-) Resultado da Equiv. Patrimonial	0,2	0,0%	(0,6)	0,0%	-486,6%
(+) Outras Receitas Operacionais	109,3	1,2%	213,5	2,1%	95,2%
<b>Lucro Operacional (EBIT)</b>	<b>636,9</b>	<b>7,1%</b>	<b>685,8</b>	<b>6,7%</b>	<b>7,7%</b>
(+/-) Resultado Financeiro	(127,6)	-1,4%	(290,6)	-2,8%	127,7%
<b>Resultado antes Impostos</b>	<b>509,3</b>	<b>5,6%</b>	<b>395,2</b>	<b>3,9%</b>	<b>-22,4%</b>
Total Imposto de Renda / CSLL	(30,6)	-0,3%	(41,5)	-0,4%	35,7%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>478,7</b>	<b>5,3%</b>	<b>353,7</b>	<b>3,5%</b>	<b>-26,1%</b>
<b>Reconciliação EBITDA</b>					
Lucro Líquido	478,7	5,3%	353,7	3,5%	-26,1%
(-) Resultado Financeiro Líquido	127,6	1,4%	290,6	2,8%	127,7%
(-) Imposto de Renda / CSLL	30,6	0,3%	41,5	0,4%	35,7%
(-) Depreciação e Amortização	172,9	1,9%	234,0	2,3%	35,4%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>809,8</b>	<b>9,0%</b>	<b>919,8</b>	<b>9,0%</b>	<b>13,6%</b>

A *Receita Líquida de Vendas e Serviços* apresentou crescimento de 13,2%, devido ao efeito de crescimento de preços e volumes, parcialmente compensado pela redução decorrente do efeito do câmbio entre os períodos. No ano, a receita foi impulsionada pelas categorias de alto valor

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(pescados, massas, café e biscoitos) e internacional, parcialmente compensada pela redução da receita das categorias de alto giro (grãos e açúcar).

*Desempenho operacional:* Crescimento do volume de vendas consolidado no acumulado do ano (+0,6% vs. 2021), impulsionado pela entrada em novas categorias de alto valor e crescimento do volume internacional.

- *Alto Giro – Brasil (grãos e açúcar):* 1,3 milhão de tons (-9,8% vs. 2021), com preço líquido de R\$3,70/kg (+7,4% vs. 2021) em 2022. Redução do volume de vendas de grãos e açúcar, impactado pela redução temporária de compras pelos varejistas durante o segundo semestre de 2022, com impacto principalmente em açúcar.

- *Alto Valor – Brasil (pescados, massas, biscoitos e café):* 139,9 mil tons (+138,4% vs. 2021), com preço líquido de R\$12,94/kg (-9,5% vs. 2021) em 2022. Volume impactado pelo crescimento de vendas de pescados e impulsionado pela entrada em café e biscoitos.

- *Internacional (Uruguai, Chile, Peru e Equador):* 703,2 mil tons (+12,2% vs. 2021), com preço líquido de R\$4,11 (+1,7% vs. 2021) em 2022. No ano, o resultado apresenta crescimento no Uruguai devido a maior disponibilidade de matéria-prima para exportação na safra 21/22, assim como pela entrada da Companhia no Equador. Esse resultado foi parcialmente compensado pela redução no volume de vendas do Peru e Chile.

*Custo das Vendas e Serviços:* Em 2022, o CPV atingiu R\$8,1 bilhões (+11,7% vs. 2021), ou 79% da receita líquida, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+10,7% vs. 2021) da categoria de alto valor com entrada de novos segmentos, parcialmente compensado pela redução do CPV de alto giro. No Internacional, o CPV apresentou crescimento no Uruguai e pela entrada no Equador (+15,1% vs. 2021).

*Lucro Bruto:* Levando esses fatores em consideração, o Lucro Bruto atingiu R\$2,1 bilhões (+19,2% vs. 2021) com margem de 20,8% (+1,0pp vs. 2021).

*Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas:* O SG&A em 2022 atingiu R\$1,6 bilhão (+31,7% vs. 2021), equivalente a 16,1% da receita líquida (+2,3pp vs. 2021). O crescimento no acumulado do ano ocorreu no SG&A Brasil (+37,1% vs. 2021) em função das novas aquisições e incremento em despesas com vendas e gerais e administrativas no período. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento do SG&A Internacional (+20,9% vs. 2021), decorrente da entrada no Equador e crescimento das despesas no Uruguai, parcialmente compensado pela redução das despesas no Chile.

*Despesas com vendas:* As despesas com vendas em 2022 atingiram R\$1,1 bilhão (+31,3% vs. 2021), ou 10,4% da receita líquida do ano, devido ao crescimento das despesas com vendas no Brasil (+32,7%) e do Internacional (+28,8% vs. 2021): (i) As despesas com vendas do Brasil apresentaram crescimento de +32,7% vs. 2021, representando 8,9% da receita líquida em 2022. Esse resultado se deu em função das novas aquisições e aumento de despesas de fretes e pessoal; e (ii) As despesas com vendas do Internacional apresentaram aumento de +28,8% vs. 2021, representando 14,6% da receita líquida em 2022. Esse resultado se deu em função do

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento das despesas com vendas do Uruguai e Equador, parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas no Chile.

*Despesas Gerais e Administrativas:* As despesas gerais e administrativas em 2022 atingiram R\$586,6 milhões (+32,4% vs. 2021), ou 5,7% da receita líquida de 2022, devido ao crescimento das despesas do Brasil (+43,9% vs. 2021) e Internacional (+1,3 vs. 2021): (i) As despesas gerais e administrativas do Brasil apresentaram crescimento de 43,9% vs. 2021, representando 6,1% da receita líquida de 2022. O crescimento ocorreu, principalmente, em função do aumento em despesas administrativas, além da incorporação nos segmentos de massas, café e biscoitos; e (ii) O crescimento do período também foi impulsionado pelo aumento das despesas gerais e administrativas do Internacional, que apresentaram crescimento de +1,3% vs. 2021, ou 4,7% da receita líquida de 2022 impulsionadas pelo crescimento das despesas gerais e administrativas no Uruguai e Equador e parcialmente compensado pela redução das despesas no Chile.

*Outras Receitas (Despesas) Operacionais:* As outras receitas operacionais (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$213,5 milhões em 2022 (vs. R\$109,3 milhões positivos no 2021), principalmente, em função de despesas não recorrentes do 3T22 de: (i) receita de R\$199,0 milhões referentes à compra vantajosa da aquisição da Mabel, com registro do preço pago para adquirir o negócio sendo inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida; e (ii) despesa de R\$16,1 milhões referentes à provisão para transferência do ativo industrial de cookies da planta da Pepsico em Sorocaba (SP) para a planta da Mabel.

*EBITDA:* Levando os fatores descritos acima em consideração, o EBITDA atingiu R\$919,8 milhões no ano (+13,6% vs. 2021) com margem de 9,0%.

*Resultado Financeiro Líquido:* no ano, o resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$290,6 milhões (+127,7% vs. 2021) em função, principalmente, de juros sobre financiamentos com aumento da taxa de juros no período, variação monetária e derivativos.

*Imposto de Renda e Contribuição Social:* O imposto de renda e contribuição social atingiu uma despesa de R\$41,5 milhões (+35,7% vs. 2021) em 2022.

*Lucro Líquido:* Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Líquido atingiu R\$353,7 milhões (-26,1% vs. 2021) com margem de 3,5% (-1,8pp).

### Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (R\$mn)	2021	2022	2022vs
Data Fechamento	Feb-22	Feb-23	2021(%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	485,6	(138,9)	n/c
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(595,2)	(619,0)	4,0%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	678,2	393,6	-42,0%
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(54,2)	(6,4)	-88,2%
<b>Variação em Disponibilidades</b>	<b>514,3</b>	<b>(370,7)</b>	<b>n/c</b>
Disponibilidades Início Período	1.082,0	1.596,3	47,5%
Disponibilidades Final Período	1.596,3	1.225,6	-23,2%

*Atividades Operacionais:* O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais passou de R\$485,6 milhões positivos para R\$138,9 milhões negativos, tendo como principais impactos o incremento

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em R\$228,2 milhões de pagamentos de juros, além do aumento do capital de giro, sobretudo de fornecedores.

*Atividades de Investimento:* O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social foi de R\$619,0 milhões, principalmente pelo pagamento das aquisições realizadas no período.

*Atividades de Financiamento:* O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$393,6 milhões, representando queda de 42,0%, em função das captações de dívidas no exercício, programa de recompra de ações e incremento dos JCPs pagos neste exercício. Em compensação, no exercício anterior houve pagamento de R\$ 176,8 milhões referente a dívidas das controladas adquiridas.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Comentários dos Diretores sobre:

#### (a) resultados das operações da Companhia

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

###### *Receita líquida de vendas e serviços*

Os Diretores da Companhia esclarecem que a receita líquida de vendas e serviços é substancialmente composta pelas vendas aos nossos clientes redes atacadistas, varejistas de alimentos, e em menor escala redes de *food service* e tradings de produtos. Adicionalmente, a receita líquida de vendas e serviços é composta por: (i) Brasil: compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos (arroz, feijão, outros grãos), adoçados, pescados enlatados, massas, café, biscoitos e outros produtos de alto valor agregado; (ii) Internacional: compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador de produtos e serviços, em mercado local e exportações, principalmente na categoria de grãos; e (iii) Outras Receitas decorrentes de geração e comercialização de energia elétrica a partir da casca do arroz, prestação de serviços de secagem de grãos, irrigação e armazenamento e prestação de serviço de logística.

A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou crescimento de 13,2%, atingindo R\$10,2 bilhões em 2022. Os principais motivos de variações nas receitas estão descritos e comentados na seção 2.1 item h.

##### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Comentários sobre as variações dos resultados operacionais são feitos acima na seção 2.1 item h.

#### (b) variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2022, houve aumento da representatividade das receitas da categoria de alto valor no Brasil, que contempla pescados, massas, café e biscoitos. Comentários sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, volumes, câmbio ou introdução de novos produtos e serviços são feitos acima na seção 2.1 item h.

#### (c) impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

O resultado operacional e condição financeira são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil, onde há uma parte significativa de nossas operações, como também no Uruguai, Chile, Peru e Equador. Somos afetados principalmente pela oscilação nos preços dos principais insumos, inflação, variação da taxa de câmbio do real em relação a outras moedas estrangeiras e taxa de juros.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Aumentos na taxa de inflação causam um aumento na nossa estrutura de custos e despesas e tendem a ser repassados aos preços de venda de nossos produtos. Caso não sejamos capazes de repassar o aumento da taxa de inflação aos nossos produtos, podemos sofrer um efeito adverso.

Variações cambiais afetam nosso resultado operacional, pois podem aumentar ou diminuir os juros incidentes sobre endividamento denominado em moeda estrangeira, afetando nosso resultado financeiro, bem como os resultados operacionais de nossas investidas fora do Brasil que são convertidos para reais de acordo com a taxa de câmbio aplicável para propósito de consolidação em nossas demonstrações financeiras. Caso haja uma desvalorização do real frente a essas moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano haverá uma diminuição do resultado operacional a ser reconhecido. Ademais, a variação do câmbio também afeta o valor dos ativos de nossas operações na América Latina, aumentando ou diminuindo nosso patrimônio líquido.

A taxa de juros também influencia nossa receita ou despesa financeira, na medida em que afeta os juros sobre nosso endividamento e aplicações financeiras. No entanto, como vendemos produtos básicos, acreditamos que uma política de juros mais conservadora não tende a afetar o consumo de nossos produtos como afetaria outros negócios cujos produtos apresentam maior valor agregado e/ou dependem de disponibilidade de crédito, como, por exemplo, o setor automobilístico ou de produtos supérfluos.

## **2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

### **2.3. Os diretores devem comentar**

#### **(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Os Diretores da Companhia informam que em 2022 não houve mudança significativa nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos.

#### **(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

As demonstrações financeiras do ano de 2022 foram auditadas pela PWC e o relatório dos auditores independentes não contém opiniões modificadas ou ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia apresenta nas demonstrações financeiras do ano de 2022 os segmentos operacionais divididos entre Segmento Alimentício Brasil e Segmento Alimentício Internacional. A Companhia não tem, no presente momento, a intenção de realizar nenhuma alteração relevante entre os segmentos operacionais reportados. As informações sobre as aquisições de participação societária, que permitiram a entrada da Companhia em outros mercados dentro dos Segmentos Alimentícios Brasil e Internacional aqui informados, estão descritas no item “b” abaixo.

**(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 1º de novembro de 2022, a Camil concluiu a aquisição da CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. A conclusão da transação marca o início da operação de biscoitos e cookies para a Camil no Brasil com a aquisição da marca Mabel, entre outras marcas de biscoitos, além do licenciamento para a Camil da marca “Toddy” para cookies pelo prazo de 10 anos. A aquisição reforça a estratégia de expansão geográfica para crescimento da Camil em regiões complementares às operações atuais, bem como inclui no portfólio produtos de alto valor agregado. O ativo conta com as plantas industriais de Aparecida de Goiânia (GO) e Itaporanga D’Ajudá (SE). Houve também o licenciamento pela Pepsico para a Camil da marca “Toddy” para cookies pelo prazo de 10 anos, e a aquisição dos ativos que compõem a linha de produção da marca “Toddy” para cookies.

Em 30 de março de 2022, a Camil concluiu a aquisição da Silcom S.A. (“Silcom”) através da subsidiária SAMAN no Uruguai. Com uma estratégia de distribuição direta que atende mais de 5.000 clientes, a Silcom trará complementaridade às operações da Camil no Uruguai, aumentando sua cobertura atual e permitindo crescimento das atuais categorias de produtos. Além disso, posicionará a Companhia como um dos principais provedores de produtos saudáveis, um dos mercados de maior crescimento atualmente.

Em 20 de dezembro de 2021, foi concluído após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimentos e Outras Avenças celebrado, o investimento realizado na Café Bom Dia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Café Bom Dia”) e Agro Coffee Comércio Importação e Exportação Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Agro Coffee” e, em conjunto com a Café Bom Dia “Sociedades”). Como resultado, a Camil Alimentos passou a ser a acionista controladora das Sociedades. O ativo conta com uma planta industrial em Varginha (MG), utilizada para operacionalizar a atuação da Companhia na categoria de café com suas outras marcas, União e Seleteo, além das marcas da Café Bom Dia.

Em 29 de outubro de 2021, foi concluída a aquisição, pela Camil Alimentos, da Pastifício Santa Amália S.A. (“Santa Amália”). A aquisição da Santa Amália inaugurou a entrada da Companhia no mercado de massas no Brasil. Com liderança no estado de Minas Gerais (MG) e marcas de destaque na categoria, a aquisição representou um importante passo para a diversificação e entrada em novas categorias com expansão geográfica da Camil no Brasil.



## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 15 de setembro de 2021, a controlada Camilatam Ecuador S.A.S da Camil Alimentos S.A. concluiu a aquisição dos negócios de produção e processamento de arroz, inaugurando sua entrada no mercado equatoriano com a empresa de produção e processamento de arroz Agroindustrias Dajahu S.A. ("Dajahu") e a totalidade das ações de emissão da companhia Transportes Ronaljavhu S.A. ("Operação") no Equador.

Os Diretores da Companhia informam que não há no último exercício constituição, aquisição ou alienação de outras participações societárias com efeitos relevantes que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não há outros eventos ou operações não usuais.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**(a) informar o valor das medições não contábeis**

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), é uma medida não contábil elaborada pela Administração da Companhia em consonância com a Resolução CVM 156/22, conciliada com as demonstrações contábeis e consiste no lucro líquido (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida consolidada da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA também não representam o fluxo de caixa da Companhia para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa ou como indicador de liquidez da Companhia. O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Instrução CVM 527, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

Conforme o exposto, segue abaixo o valor das medições não contábeis utilizadas pela Administração da Companhia:

Medições não contábeis (em R\$ milhões)	2021	Margem	2022	Margem
Data Fechamento	fev-22	(% da Receita Líquida)	fev-23	(% da Receita Líquida)
EBITDA	809,8	9,0%	919,8	9,0%

**(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA:

Demonstrativos (em R\$ milhões)	2021	% Receita	2022	% Receita
Data Fechamento	fev-22	Líquida	fev-23	Líquida
Receita Líquida	9.015,9	100,0%	10.205,5	100,0%
<b>Reconciliação EBITDA</b>				
Lucro Líquido	478,7	5,3%	353,7	3,5%
(-) Resultado Financeiro Líquido	127,6	1,4%	290,6	2,8%
(-) Imposto de Renda / CSLL	30,6	0,3%	41,5	0,4%
(-) Depreciação e Amortização	172,9	1,9%	234,0	2,3%
(=) EBITDA	809,8	9,0%	919,8	9,0%

## 2.5 Medições não contábeis

**(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Diretoria acredita que o EBITDA fornece informação adicional às nossas demonstrações financeiras, mas não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e não deve ser utilizado como base de distribuição de dividendos ou como substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicador de desempenho operacional, nem tampouco como indicador de liquidez.

O EBITDA e a Margem EBITDA correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

**2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.**

Não houve eventos subsequentes às demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2022 que as altere substancialmente.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	R\$180,3 milhões
<b>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	53%
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e de contingências, pelo menos 25% será

## 2.7 Destinação de resultados

	<p>distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais; (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p>
<p><b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b></p>	<p>Os dividendos são distribuídos de forma anual conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.</p>
<p><b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração da Companhia informe aos acionistas sobre a incompatibilidade de tal distribuição com a situação financeira da Companhia. A Companhia também está sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p><b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b></p>	<p>A companhia possui uma política de destinação de resultados aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de setembro de 2019, e disponível em seu site de Relações com Investidores.</p>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há.

**(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há.

**(iii) contratos de construção não terminada**

Não há.

**(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os Diretores devem comentar:**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao último exercício social.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao último exercício social.



## 2.10 Planos de negócios

**2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**(a) investimentos, incluindo:**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Para o próximo exercício social, o plano de investimento da Companhia prevê investimentos relacionados a: (i) atualização, expansão de capacidade e modernização das linhas de massas e café; (ii) construção da nova termelétrica da Companhia, para geração de energia renovável por meio da biomassa com utilização da casca do arroz; (iii) manutenção e sustentação dos níveis atuais de produção; (iv) produtividade mediante investimentos em melhoria de tecnologia e processos; e (v) construção do novo centro de distribuição em Belo Horizonte (MG).

Os investimentos acima se baseiam em nossas estimativas e não em obrigatoriedade efetiva de investimento da Companhia, que pode diferir em razão de fatores variados, como indicadores macroeconômicos, licenças e priorização de outros projetos. Os investimentos citados acima também não incluem eventuais aquisições de empresas.

**(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os Diretores da Companhia acreditam que as suas fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

**(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os Diretores da Companhia informam que não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

**(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não existem aquisições divulgadas de itens relevantes não registrados nas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao último exercício social.

**(c) novos produtos e serviços**

Em 1º de novembro de 2022, a Camil concluiu a aquisição da CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. A conclusão da transação marca o início da operação de biscoitos e cookies para a Camil no Brasil com a aquisição da marca Mabel, entre outras marcas de biscoitos, além do licenciamento para a Camil da marca “Toddy” para cookies pelo prazo de 10 anos. A aquisição reforça a estratégia de expansão geográfica para crescimento da Camil em regiões complementares às operações atuais, bem como inclui no portfólio produtos de alto valor agregado. O ativo conta com as plantas industriais de Aparecida de Goiânia (GO) e Itaporanga D’Ajudá (SE). Houve também o

## 2.10 Planos de negócios

licenciamento pela Pepsico para a Camil da marca “Toddy” para cookies pelo prazo de 10 anos, e a aquisição dos ativos que compõem a linha de produção da marca “Toddy” para cookies.

Em 30 de março de 2022, a Camil concluiu a aquisição da Silcom S.A. (“Silcom”) através da subsidiária SAMAN no Uruguai. Com uma estratégia de distribuição direta que atende mais de 5.000 clientes, a Silcom trouxe complementaridade às operações da Camil no Uruguai, aumentando sua cobertura atual e permitindo crescimento das atuais categorias de produtos. Além disso, posicionou a Companhia como um dos principais provedores de produtos saudáveis, um dos mercados de maior crescimento atualmente.

Em 20 de dezembro de 2021, foi concluído após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimentos e Outras Avenças celebrado, o investimento realizado na Café Bom Dia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Café Bom Dia”) e Agro Coffee Comércio Importação e Exportação Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Agro Coffee” e, em conjunto com a Café Bom Dia “Sociedades”). Como resultado, a Camil Alimentos passou a ser a acionista controladora das Sociedades. O ativo conta com uma planta industrial em Varginha (MG), utilizada para operacionalizar a atuação da Companhia na categoria de café com suas outras marcas, União e Selete, além das marcas da Café Bom Dia. O investimento representou um importante passo para a diversificação e entrada em novas categorias da Camil no Brasil.

Em 29 de outubro de 2021, foi concluída a aquisição, pela Camil Alimentos, da Pastifício Santa Amália S.A. (“Santa Amália”). A aquisição da Santa Amália inaugurou a entrada da Companhia no mercado de massas no Brasil. Com liderança no estado de Minas Gerais (MG) e marcas de destaque na categoria, a aquisição representou um importante passo para a diversificação e entrada em novas categorias e expansão geográfica da Camil no Brasil.

Em 15 de setembro de 2021, a controlada Camilatam Ecuador S.A.S da Camil Alimentos S.A. concluiu a aquisição dos negócios de produção e processamento de arroz, inaugurando sua entrada no mercado equatoriano com a empresa de produção e processamento de arroz Agroindustrias Dajahu S.A. (“Dajahu”) e a totalidade das ações de emissão da companhia Transportes Ronaljavhu S.A.(“Operação”) no Equador.

Não existem outros novos produtos e serviços divulgados em andamento ou previstos.

### **(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

### **(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Excluindo as aquisições citadas nessa seção com a entrada em novos segmentos no período, a Companhia investiu no exercício social de 2022, o montante de R\$1,3 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### **(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

## 2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimentos já divulgados.

### **(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Conforme informado no item (ii) acima.

### **(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG**

Durante o exercício de 2022, a Camil avançou com sua cultura da sustentabilidade para minimizar riscos e gerar um impacto positivo nas operações. A abordagem da Companhia se concentra na busca de soluções que abordem os desafios reais do contexto do setor e da empresa, alinhados com o propósito de crescimento empresarial. Ao longo do ano, a Companhia implementou diversas iniciativas para acelerar a agenda ESG, incluindo ações referentes a mudanças climáticas, promoção da inclusão e diversidade, fortalecimento da governança corporativa e fomento da transparência e ética nas operações:

*Governança Sustentável:* A fim de impulsionar a evolução de políticas e práticas relacionadas a tópicos prioritários para a sustentabilidade da Companhia, pelo terceiro ano consecutivo incluímos metas individuais para todos os diretores da Camil atreladas a Agenda ESG, contemplada nas diretrizes do planejamento estratégico da Companhia. No último ciclo, ocorreram encontros envolvendo mais de 80 pessoas no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador, que compõe os grupos de trabalho de ESG da Companhia, com equipes multidisciplinares que se concentram nos temas de: (i) Ecoeficiência; (ii) Boas Práticas na Cadeia de Valor; (iii) Responsabilidade Social, com foco em Investimentos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho, e Diversidade e Inclusão; e (iv) Riscos e Compliance e Governança Corporativa. Além disso, a agenda ESG e ações dos grupos de trabalho são reportados ao Comitê de ESG e Ética, formado por três membros do Conselho de Administração (sendo 1 independente) e a Camil também aderiu ao Pacto Global da ONU, pautando suas ações em 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

*Ética e Integridade:* Em continuidade ao Programa de Integridade, a Camil continuou implementando palestras e treinamentos de temas que envolvem ética e integridade. Em fevereiro de 2022, a Camil realizou treinamentos por consultoria externa especializada com a participação dos colaboradores do time comercial da Camil, seus representantes comerciais, lideranças de Suprimentos, Diretoria, Presidência e membros dos comitês de assessoramento e do Conselho de Administração. Além disso, os colaboradores considerados de maior exposição a riscos de integridade, realizaram treinamentos sobre assuntos como anticorrupção e antissuborno, conflito de interesses, doações e patrocínios, entre outros. Os treinamentos foram concluídos por 98,5% do público-alvo.

*Saúde, Segurança e Desenvolvimento do Colaborador:* A Camil assume como compromisso a garantia da integridade física e emocional dos colaboradores, consolidando e disseminando a cultura de atenção à saúde e segurança no trabalho. A Companhia possui quatro diretores com metas atreladas a redução de acidentes na remuneração variável. No último ano, a Companhia investiu mais de R\$17 milhões em CAPEX para melhoria da infraestrutura, monitoramento e detecção de riscos relacionada a saúde e segurança do trabalhador. No último exercício, foi realizado o projeto 'Projeto Zero Acidente' na unidade de Barra Bonita (açúcar) e a Camil

## 2.10 Planos de negócios

registrou a marca de mais de 50% das plantas no Brasil com zero acidentes com afastamento. No desenvolvimento de colaboradores e capacitação, em 2022 o Projeto Escola de Formação Camil capacitou 66 pessoas na comunidade de Itaqui em cursos profissionalizantes - essas capacitações são voltadas para especialistas em manutenção mecânica, com certificação, com o objetivo de habilitar a comunidade para o mercado de trabalho e para necessidade de mão de obra especializada para a Camil.

*Diversidade e Inclusão:* A Companhia elaborou uma Cartilha de Diversidade e Inclusão com o propósito de orientar nossas relações, fundamentada em nossos valores e, sobretudo, no respeito. Com isso, a Companhia almeja que todos os colaboradores da Camil compreendam os conceitos e as temáticas relacionadas, visando a construção de um ambiente mais acolhedor, que não tolera preconceitos ou discriminação. O guia foi apresentado e disponibilizado para todos os colaboradores e contou com um treinamento específico dos temas abordados. Adicionalmente, a Camil conquistou o Selo WOB (Women on Board) no Conselho de Administração.

*Investimento Social:* No último ano, o projeto 'Escola de Confeitaria e Negócios Doce Futuro União' formou 652 pessoas com o lançamento da versão 2.0 do projeto, que, em parceria com ONGs, oferece curso presencial para confeiteiros(as) iniciantes que desejam ampliar o seu negócio ou começar a empreender. Com o objetivo de oferecer capacitação técnica em confeitaria e negócios para as comunidades, o programa é estruturado com conteúdo culinário, empreendedorismo, finanças e marketing. Ao final do curso, os alunos recebem o certificado de conclusão, um kit de confeitaria, e uma cesta de produtos União.

*Ecoeficiência:* Em 2022, a Camil realizou seu primeiro inventário de emissões de GEE no Brasil, o que permitiu que participasse pela primeira vez do CDP – Climate Change. Seus esforços em mudanças climáticas renderam um score "C", posicionando a empresa entre aquelas conscientes de como suas operações impactam o ecossistema e as pessoas. No último ano safra, a Camil alcançou 99% do consumo das unidades no Sul operando com energia renovável, através do mercado livre ou de geração própria. A geração de energia renovável na Camil se dá através de processos termoelétricos oriundos da casca do arroz. No último ano, a Camil gerou 40% da energia consumida, através do consumo de 96.883,54 toneladas de casca de arroz no Brasil.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. Políticas de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

#### 5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia dispõe de uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gestão de Riscos"), emitida em janeiro de 2019, com última atualização em julho de 2022, ambas revisadas pelo Comitê Estatutário de Auditoria e aprovadas pelo Conselho de Administração.

#### **b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver:**

A Política de Gestão de Riscos visa estabelecer as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos da Camil Alimentos S.A. e suas controladas em operação no Brasil, quanto à identificação, análise e respostas aos principais riscos que possam afetar o negócio.

#### **i. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa ameaçar a consecução de seus objetivos estratégicos, em especial, porém não limitados, aos riscos e fatores de riscos descritos nas seções 4.1 e 4.3 do presente Formulário de Referência.

#### **ii. instrumentos utilizados para proteção**

A Companhia adota sua Política de Gestão de Riscos, métricas de avaliação de riscos constantes da Declaração de Apetite ao Risco, e suas demais políticas, e a forma com que se estrutura para avaliação e mitigação de seus riscos, através de um modelo de linhas de defesa, o qual atribui papéis e responsabilidade para toda a organização no que se refere a riscos, como instrumentos para proteção e geração de valor.

Adicionalmente, a Companhia possui uma metodologia de gerenciamento de riscos baseada em normas e frameworks globais, como o *COSO ERM 2017* e *ISO 31000:2018*, a fim de constituir um modelo conceitual e prático para gerenciamento de seus riscos corporativos, integrado e alinhado com as estratégias e objetivos do negócio, e adota critérios qualitativos e quantitativos para avaliação do impacto e da probabilidade de materialização de risco aos quais está exposta.

#### **iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A Companhia adota um modelo que permite a gestão compartilhada de seus riscos pelos órgãos de governança, administração e gestão, através de uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos, organizada na forma de linhas de defesa, conforme o conceito das "três linhas de

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

defesa” do *Institute of Internal Auditors – IIA*, conforme estabelecido em sua Política de Gestão de Riscos.



Fonte: Declarações de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA): Novo modelo das Três Linhas do IIA 2020.

- A primeira linha de defesa (“1ª linha”), composta pelas áreas de negócios (Gestão Operacional), é responsável por manter os riscos nos limites do apetite e tolerância definidos pela Companhia, de modo que detém a responsabilidade primária pelo gerenciamento dos riscos e dos controles internos, identificando, avaliando, tratando, prevenindo e monitorando seus riscos de forma integrada.
- A segunda linha de defesa (“2ª linha”), no tocante a riscos, refere-se às estruturas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, determina as direções e implementa práticas que facilite o adequado gerenciamento de riscos pela primeira linha, a fim de auxiliar os proprietários dos riscos a definir metas de exposição, gestão e controles de seus riscos, além de oferecer avaliações técnicas sobre riscos, controles e compliance, e monitorar e reportar os resultados do gerenciamento de riscos em toda a organização.
- A terceira linha de defesa (“3ª linha”), refere-se à Auditoria Interna e desempenha avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam seus objetivos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos também compreende os Órgãos de Administração e de Governança (componente das linhas de defesa), como o Conselho de Administração e Comitê Estatutário de Auditoria, os quais supervisionam os processos de análise e respostas aos riscos e avaliam a efetividade e suficiência dos sistemas de gerenciamento de

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

riscos e de controles da Companhia. A avaliação é complementada por prestadores externos, como Auditores Independentes.

Aos Órgãos da Administração e de Governança, dentre outras atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia e em seus Regimentos Internos, nos termos da Política de Gestão de Riscos, compete:

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração (“Conselho”) é responsável por estabelecer a cultura de Gestão de Risco na Companhia, definindo o tom através de seu exemplo, participação ativa, patrocínio e incentivo; assim como aprovar as diretrizes estratégicas de Gestão de Riscos da Companhia, formalizadas através da Política de Gestão de Riscos, assim como suas eventuais alterações e/ou revisões.

O Conselho também deve supervisionar, com auxílio do Comitê de Auditoria, a estrutura e o processo de Gestão de Riscos da Companhia, assim como sua efetividade, e monitorar periodicamente os níveis de exposição aos riscos referentes as iniciativas estratégicas, e assegurar a adequação da estrutura destinada ao gerenciamento de riscos na Companhia (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), compatível com seu tamanho e complexidade.

### **Comite Estatutário de Auditoria**

O Comite Estatutário de Auditoria (“Comitê”) é responsável por supervisionar os processos de análise e respostas aos riscos e avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles; assim como analisar, monitorar e informar ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados no processo de Gestão de Riscos, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis.

O Comite também deve avaliar a Política de Gestão de Riscos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo à aprovação do Conselho de Administração; e aprovar e monitorar a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos e garantir a relevância da Auditoria Interna no processo de Gestão de Riscos. Além disso, também deve apoiar a Alta Administração no entendimento e mapeamento de seus riscos estratégicos.

### **Alta Administração**

A Alta Administração, compreendida pela diretoria estatutária e não-estatutária, é responsável por promover a cultura de Gestão de Riscos na Companhia, através da implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado e integrado aos objetivos estratégicos do negócio, e estabelecer as diretrizes estratégicas de Gestão de Riscos da Companhia, assim como seu processo de formalização e os limites aceitáveis de sua exposição ao risco.

Em conjunto com a área de Gestão de Riscos, a Alta Administração deve identificar e avaliar os riscos estratégicos, implementar respostas aos mesmos e monitorar os níveis de exposição aos riscos críticos; analisar, monitorar e informar sobre os processos de avaliação e resposta aos riscos operacionais e auxiliar à Gestão Operacional (1ª linha) na avaliação e priorização de seus



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

riscos. Ademais, também deve estabelecer a estrutura destinada ao processo de gerenciamento de riscos (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), bem como coordenar, auxiliar e monitorar sua implementação.

As estruturas de Governança (Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance), componentes da 2ª linha, se reporta administrativamente para Diretoria Estatutária (Diretores Financeiro e Presidente), e funcionalmente ao Comitê Estatutário de Auditoria e ao Conselho de Administração.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia dispõe de estruturas para implementação, monitoramento, supervisão e validação da adequação e efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e de controles internos adotada pela Companhia, conforme disposto no item “b.” da presente seção.

A Companhia acredita que o seu ambiente de controles internos e demais mecanismos de gerenciamento de riscos adotados, sem prejuízo de eventuais oportunidades de melhoria, tem se mostrado eficiente na gestão dos riscos, uma vez que, nos últimos anos, não foram reportadas deficiências significativas ou fraquezas materiais de controles, tanto pelo Auditor Independente, quanto pela Auditoria Interna.

Por fim, o Comitê Estatutário de Auditoria, Órgão de Governança responsável por avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e de gerenciamento de riscos, considera que os procedimentos atualmente adotados para aumento da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos são adequados, conforme Relatório do Comitê Estatutário de Auditoria divulgado nas Demonstrações Financeiras de 28 de fevereiro de 2023.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

#### a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia estrutura, implementa e monitora controles internos e demais mecanismos de proteção com o objetivo de garantir de forma razoável a confiabilidade das informações financeiras divulgadas ao mercado, através de suas demonstrações financeiras.

O ambiente de controles é construído com base em normas legais, estatutárias e regulatórias aplicáveis, e visa mitigar os riscos associados ao processo de elaboração e divulgação de informações financeiras, como riscos de reputação e imagem, conformidade, financeiros, contábeis e fiscais. Ademais, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia acredita que o ambiente de controles, sem prejuízo de eventuais oportunidades de melhoria, tem se mostrado eficiente na gestão dos riscos associadas a elaboração e reporte de informações financeiras, uma vez que, nos últimos anos, não foram reportadas deficiências significativas ou fraquezas materiais pelo Auditor Independente. No entanto, segue aprimorando de maneira contínua seu ambiente de controles internos, através de validações independentes de auditores e avaliações internas de seus ambientes de riscos e controles internos pelas suas estruturas de gestão e governança (1ª e 2ª linha de defesa), como execução de avaliações de riscos e testes de controles.

Cabe ressaltar que o ambiente de controles internos sobre as demonstrações financeiras pode não prevenir ou detectar erros e fraudes, devido às suas limitações inerentes. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode ser alterado.

#### b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe de estruturas organizacionais, que, dentre outras responsabilidades, avaliam os riscos associados as demonstrações financeiras e implementam controles internos e demais mecanismos de proteção, a fim de manter os riscos dentro de níveis aceitáveis e de garantir uma confiabilidade razoável das informações financeiras divulgadas ao mercado.

A estruturação, implementação e monitoramento desse ambiente de controles é de responsabilidade das estruturas organizacionais envolvidas no processo (1ª Linha de Defesa), como as áreas de Contabilidade, Controladoria, Finanças e Relações com Investidores (RI). A área de Gestão de Riscos e Controles Internos oferece suporte técnico às demais áreas na estruturação e implementação de seus controles internos e demais mecanismo de proteção, além de monitorar e avaliar o ambiente de controles, através de testes em "controles-chaves".

## 5.2 Descrição dos controles internos

A efetividade do ambiente de controles e a confiabilidade das demonstrações financeiras é avaliada por Auditores Independentes. A Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal também monitoram as demonstrações financeiras.

**c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência do ambiente de controles internos associados aos processos de elaboração e divulgação de informações financeiras ao mercado é supervisionada pelo Diretor de Finanças, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, através das avaliações realizadas pelas estruturas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, tem como competência “avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração”, nos termos de seu Regimento Interno.

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Financeiro, dentre as suas funções, coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, enquanto o Conselho Fiscal também deve analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras da Companhia.

**d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, realizou o exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras e, se aplicável, fornecer recomendações para o aprimoramento do ambiente de controles internos da Companhia.

Como resultado dessa avaliação foi apresentado um relatório de deficiências e recomendações para melhoria das atividades operacionais e/ou de negócios (Relatório de Recomendações), e não foram reportadas deficiências significativas de controles internos, sendo as fragilidades associadas ao ambiente de controles internos da Companhia avaliadas pelo Auditor Independente quanto à probabilidade e à possível magnitude de distorções que podem surgir nas demonstrações contábeis e concluídas como deficiências de controles ou oportunidades de melhoria.

O Relatório de Recomendações foi apresentado e discutido pelo Auditor Independente junto à Administração, a qual elaborou planos de ação para mitigação dos pontos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não foram reportadas deficiências significativas de controles internos no relatório de auditoria externa relativo ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2023 e, para todas as demais deficiências reportadas, a Administração da Companhia desenvolveu planos de ação que serão monitorados constantemente pela própria Administração, pelo Comitê de Auditoria e pelo Auditor Independente.

As deficiências e oportunidades de melhoria associadas ao ambiente de controles internos da Companhia apontadas pelo Auditor Independente, assim como o detalhamento dos planos de ação elaborados pela Administração para saná-las, podem ser consultadas através de consulta ao “Relatório de Recomendações” emitido pelo Auditor Independente, disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia se compromete em implementar as ações corretivas de melhoria ao longo do seu exercício social, logo, no máximo, espera que os planos de ação elaborados para mitigar os riscos e deficiências apontados pelo Auditor Independente sejam implementados até 28 de fevereiro de 2024.

## 5.3 Programa de integridade

**5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Camil possui um Programa de Integridade que abrange um conjunto de diretrizes e procedimentos de integridade, incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva do Código de Ética. O Programa de Integridade Camil busca prevenir, detectar e remediar atitudes em desacordo com as políticas, procedimentos e leis vigentes, fortalecendo o ambiente de trabalho pautado na ética, transparência e responsabilidade.

O Programa de Integridade está estruturado em 6 pilares, conforme detalhado abaixo

- 1) Estrutura da área e comprometimento da Alta Administração: para garantia da eficácia do Programa, o apoio amplo e visível da alta administração é imprescindível. Adicionalmente, a independência da área é garantida por meio do reporte da área de compliance diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Comitê de ESG e Ética.
- 2) Análise de Riscos: contempla o risk assessment de Compliance para identificação e mitigação dos riscos e a condução de análises reputacionais de terceiros.
- 3) Políticas e Procedimentos: abrange a revisão de processos que trazem riscos de compliance para a Companhia e definição de fluxos, procedimentos e alçadas de aprovação que visam a mitigar tais riscos. Esses processos revisados e diretrizes definidas são formalizados por meio de Políticas e Procedimentos.
- 4) Treinamento e Comunicação: visa a garantir que todos os colaboradores estejam cientes dos riscos de compliance que existem nas suas atividades e quais as orientações que a Camil tem para mitigar tais riscos e garantir a condução das atividades de forma ética e responsável. O pilar também objetiva a divulgação ampla e clara sobre o Canal de Ética a fim de que atitudes contrárias às diretrizes do Código de Ética e demais políticas possam ser identificadas e tratadas.
- 5) Canal de denúncias e medidas de remediação: contempla a gestão do Canal de Ética da companhia e a condução de investigações das possíveis fraudes ou faltas cometidas em violação às diretrizes do Código de Ética Camil e demais políticas. As denúncias ocorrem a partir de suspeitas trazidas para conhecimento através do site, e-mail ou telefone do Canal de Ética Camil. Medidas de remediação são tomadas para os casos considerados procedentes.
- 6) Controles e monitoramento contínuo: objetiva a definição de controles que garantem o cumprimento das políticas e procedimentos de compliance e demais políticas da

### 5.3 Programa de integridade

companhia. Também, o monitoramento por meio de indicadores do Programa de Integridade que visam a melhoria contínua dos processos e atividades.

Dentre os procedimentos do Programa de Integridade estão:

- O Código de Ética, com última atualização em 2019, é um guia definido em conformidade com as leis aplicáveis e que estabelece os direitos, deveres básicos e padrões de conduta ética de todos os colaboradores, terceiros, parceiros de negócios, acionistas e membros dos Comitês e Conselho de Administração da Camil.
- Política Anticorrupção e Antissuborno, que foi atualizada em janeiro de 2022, estabelece as diretrizes gerais sobre práticas de combate ao suborno e à corrupção, em atendimento aos requisitos da legislação anticorrupção existente, em especial a Lei nº 12.846/13.
- Política de Brindes, Presentes, Refeições, Entretenimentos e Hospitalidades, publicada em janeiro de 2022, define as diretrizes gerais sobre aceite e oferta de brindes, presentes, entretenimentos e hospitalidades, bem como as regras para participação dos colaboradores em refeições de negócios.
- Política de Gestão de Conflito de Interesses, publicada em janeiro de 2022, estabelece as diretrizes gerais para identificação, declaração e resolução de conflitos de interesses e Pessoas Politicamente Expostas.
- Política de Doações e Patrocínios, publicada em maio de 2021, define as premissas e alçadas de aprovação para a condução de doações e patrocínios em conformidade com o Código de Ética, leis aplicáveis e em linha com as estratégias de investimento social e de posicionamento das marcas da Camil.
- Declaração de Conformidade à Legislação e Ética, documento que resume as diretrizes e condutas que a Camil espera de todos os seus terceiros (fornecedor, prestador de serviços ou parceiro de negócios), em linha com o Código de Ética e legislações aplicáveis.
- Política Global do Canal de Ética Camil, publicada em janeiro de 2022, traz orientações aos denunciante e estabelece as diretrizes gerais sobre a recepção e investigação das denúncias recebidas via Canal de Ética Camil, reforçando o compromisso da companhia na proteção contra retaliação dos denunciante movidos pela boa-fé.
- Procedimento de Investigação de Denúncias, atualizado em maio de 2021, define processo de registro e investigação de denúncias do Canal de Ética da Camil e os princípios para condução das investigações, em atendimento à LGPD.
- Política de Relacionamento com Agentes Públicos, publicada em julho de 2022, que estabelece regras para nortear as interações dos colaboradores com Agentes Públicos de forma a garantir a aderência das condutas à legislação vigente e prevenir a ocorrência de atos ilícitos contra a Administração Pública que possam ser caracterizados como prática de corrupção, em especial, conforme a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013).

A Camil possibilita a comunicação de possíveis violações dos documentos acima mencionados e demais políticas e leis aplicáveis por meio do seu Canal de Ética.

### 5.3 Programa de integridade

Durante o ano social de 2022, a área de *Compliance* deu continuidade a implementação de ações para mitigação dos riscos identificados por meio do *Risk Assessment* de *Compliance*, que foi conduzido em 2021 com foco nos riscos de corrupção, fraude, lavagem de dinheiro e práticas anticoncorrenciais.

**ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia dispõe de estruturas organizacionais de gerenciamento e monitoramento dos riscos de *compliance*, assim como dos mecanismos de proteção e de controles internos adotados para sua mitigação. A estrutura é composta pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e *Compliance*, que se reportam funcionalmente ao Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, a fim de manter sua independência.

A estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos, dentre outros temas, é responsável pelo gerenciamento e monitoramento dos ambientes de riscos e controles internos da Companhia, incluindo os associados aos temas de *compliance* e integridade. A Auditoria Interna é responsável pela avaliação independente dos mecanismos de proteção e controles internos adotados pela Companhia para gerenciamento de seus riscos, incluindo os relevantes para o Programa de Integridade.

A Área de *Compliance* tem o objetivo de disseminar e fortalecer a cultura de ética, transparência e responsabilidade em toda Companhia por meio do seu Programa de Integridade, e também atua na detecção e remediação de situações em desconformidade com as diretrizes do programa, por meio do seu Canal de Ética. A estrutura foi criada ao final do ano social 2020, tendo seu Programa de Integridade aprovado formalmente pelo Conselho de Administração neste mesmo período. A área de *Compliance* reporta ao Comitê Operacional de Ética os casos de descumprimento do Código de Ética, assim como as políticas e procedimentos do Programa de Integridade, sendo esse comitê formado pelas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Gente & Gestão e Presidência da Camil.

O Comitê de Auditoria, conforme rol de atribuições estipulados em seu Regimento Interno, supervisiona a eficácia dos procedimentos internos do Programa de Integridade da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de ESG e Ética, outro comitê de assessoramento do Conselho de Administração, também delibera, acompanha e sugere melhorias nos processos de implementação, disseminação e treinamentos relacionados aos mecanismos de proteção e controles internos relacionados ao Programa de Integridade da Companhia e gestão do Canal de Ética da Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

**iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, terceiros, acionistas e membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

A Camil espera que todos os seus fornecedores, terceiros, prestadores de serviços e demais pessoas com as quais se relaciona também atendam aos mesmos padrões de ética e integridade na condução dos seus negócios, para isso, disponibiliza seu Código de Ética no site da Companhia de forma que possa ser acessado e consultado por todas as pessoas.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Declaração de Conformidade à Legislação e Ética a ser assinada pelos terceiros (fornecedores, prestadores de serviços ou parceiros de negócios) que pretendem estabelecer ou que já estabeleceram relacionamento comercial com a Camil. A declaração resume as diretrizes e condutas que a Camil espera de todos os seus terceiros, em linha com o Código de Ética e legislações aplicáveis.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Está previsto no Código de Ética, item “Sanções”, aplicação de medidas disciplinares no caso de descumprimento das diretrizes do Código ou qualquer outra norma a que a Companhia esteja sujeita. Nas políticas do Programa de Integridade, está definido no item “Disposições Gerais” que os colaboradores que violarem as referidas políticas, assim como as diretrizes do Código de Ética da Companhia, podem estar sujeitos a aplicação de medidas disciplinares de acordo com as políticas da Camil Alimentos S.A.

No caso de descumprimento do Código de Ética por fornecedores, parceiros de negócios e prestadores de serviço, a Camil poderá seguir com a rescisão imediata do contrato por descumprimento da cláusula de atendimento ao Código de Ética contida no instrumento jurídico firmado com o referido terceiro.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2015, com última atualização em setembro de 2019. O documento pode ser consultado no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.camilalimentos.com.br/governanca->



### 5.3 Programa de integridade

[corporativa/politicas-e-codigos/](#)) e no site institucional da Companhia, na seção de Ética e Transparência (<https://camilalimentos.com.br/sobre-a-camil/etica-e-transparencia>).

O Código de Ética Camil foi amplamente divulgado após sua última revisão por meio da Campanha de Ética, entre 2020 e 2021. Durante a campanha, todos os diretores e conselheiros da Companhia receberam o Código de Ética e assinaram ao termo de aceite. Adicionalmente, foram conduzidos treinamentos de reciclagem dos colaboradores.

Atualmente, todos os novos colaboradores são treinados nas diretrizes do Código de Ética e assinam o termo de aceite ao Código durante o processo de integração. E sempre que há o ingresso e nomeação de novos Diretores e Conselheiros, a Companhia entende necessário o treinamento e aceite ao Código dos referidos membros.

A área de Compliance também comunicou amplamente as diretrizes do Programa de Integridade por e-mails e murais. Foram realizadas aproximadamente 25 comunicações e ações de divulgação durante todo o ano.

**b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- **Órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias intitulado Canal de Ética que está disponível a todas as pessoas que se relacionam com a Camil para relatos de possíveis violações ao Código de Ética, às leis aplicáveis e demais políticas e procedimentos da Companhia. O Canal de ética da Camil é global, e tem um número próprio para as operações em todos os países que a Companhia atua (Brasil, Peru, Equador, Chile e Uruguai).

O canal é administrado por empresa terceirizada e independente. O processo estabelecido garante o anonimato para quando o denunciante não desejar se identificar, a proteção ao denunciante de boa-fé e a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia por meio de um número de protocolo. Conforme estabelecido no Código de Ética da Camil, retaliações também devem ser reportadas, pois caracterizam conduta inadequada e combatida pela Companhia.

O Canal de Ética está disponível 24 horas pelo site <https://www.canaldeetica.com.br/camilalimentos/> e e-mail: [canal.etica@camil.com.br](mailto:canal.etica@camil.com.br), ou no horário comercial pelo telefone 0800 770 2530, no Brasil.

As denúncias recebidas via Canal de Ética são analisadas e tratadas, conforme o caso, pelas Áreas de *Compliance* e Gente & Gestão, Comitê Operacional de Ética, Comitê de Auditoria e Comitê de ESG e Ética da Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

Adicionalmente, a Política do Canal de Ética Camil também dispõe que a Companhia condena qualquer forma de retaliação contra denunciante motivados pela boa-fé, ainda que tais denúncias não possam ser comprovadas.

**c. Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não aplicável.

**d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos.**

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, no entanto, há uma expectativa de aumento na exposição aos riscos financeiros e de mercado para os próximos exercícios, em decorrência da elevação dos níveis de volatilidade e incerteza global associada à fatores geopolíticos e macroeconômicos, e seus efeitos adversos sobre as taxas de juros, câmbio, inflação, desemprego, commodities e consumo.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não aplicável.